

### 1. Contexto Operacional

A Cambuci S.A. (designada neste relatório como “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto com sede na Cidade de São Paulo - SP. Está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Cambuci tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Espanha, Argentina, Uruguai, Chile e no Paraguai através de uma unidade industrial.

### 2. Relação de entidades controladas e consolidadas

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, bem como não há ativos não circulantes mantidos para a venda ou operações descontinuadas.

As informações anuais consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, como a seguir apresentado:

Participação no capital total - %			
		Sede (País)	
		2014	2013
<b>Controladas Diretas</b>			
Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Era Sports Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	98,00	98,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	76,00	76,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações anuais encerradas em 31 de dezembro de 2014. As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

#### 2.1 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis da Controladora. O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 2. Relação de entidades controladas (continuação)

#### 2.1 Base de Consolidação (continuação)

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

### 3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

#### 3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

##### a) Demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

##### b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações financeiras separadas e elaboradas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras (continuação)

#### 3.2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas nas notas explicativas 7.

#### 4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 7.10, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota. 26, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Notas. 26.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

##### Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

#### 6. Novas normas, alterações e interpretações de normas

##### 6.1 Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 6. Novas normas, alterações e interpretações de normas (continuação)

#### 6.2 Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014 (continuação)

- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge: ameniza a descontinuidade da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

#### 6.2 Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- IFRS 15 Receita de contrato com clientes: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 6. Novas normas, alterações e interpretações de normas (continuação)

#### 6.2 Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia (continuação)

- Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Melhorias anuais – Ciclo 2010-2012 e Ciclo 2011-2013 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil;
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Companhia aplicou consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 7 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 7. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### 7.1 Base de consolidação

##### (i) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta resultado de equivalência patrimonial.

##### (ii) *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 7. Principais políticas contábeis (continuação)

#### 7.1 Base de consolidação

do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

##### (iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intraCompanhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intraCompanhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### 7.2 Receita operacional

##### (i) *Venda de bens*

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

#### 7.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

#### 7.4 Moeda estrangeira

##### (i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

##### (ii) *Operações no exterior*

As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### **7. Principais políticas contábeis (continuação)**

#### **7.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### **7.6 Aplicações financeiras**

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### **7.7 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### **(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

##### **(ii) Imposto diferido**

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

#### **7.8 Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

#### **7.9 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As perdas no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

#### **7.10 Imobilizado**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração**

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 7. Principais políticas contábeis (continuação)

#### 7.10 Imobilizado (continuação)

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

##### (ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

##### (iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas e equipamentos	10-15 anos
• Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### 7.11 Ativo Intangível

##### (i) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

##### (ii) Softwares

São registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

##### (iii) Ponto comercial

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

##### (iv) Amortização

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 7. Principais políticas contábeis (continuação)

#### 7.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras.

#### 7.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

#### 7.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da operação.

Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

#### 7.15 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

#### 7.16 Instrumentos financeiros

##### (i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo

### 7. Principais políticas contábeis (continuação)

#### 7.16 Instrumentos financeiros (continuação)

financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 9), aplicações financeiras (Nota 10), contas a receber de clientes (Nota 11), demais contas a receber (Nota 16), conta corrente com empresas ligadas.

(c) Ativos mantidos até o vencimento - são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

#### (ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no "resultado financeiro" do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como "outros resultados abrangentes". Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro".

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

#### (iii) Compensação de instrumentos financeiros

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 7. Principais políticas contábeis (continuação)

#### 7.16 Instrumentos financeiros (continuação)

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (iv) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (impairment)

A Companhia avalia no final de cada exercício, com base no histórico de perdas, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para venda, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- a) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor;
- b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- c) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- d) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou
- e) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

#### a) Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. O saldo dessa estimativa de perda corresponde aos títulos vencidos há mais de dois anos da carteira do contas a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

#### b) Ativos classificados como disponíveis para venda

No momento a Cambuci não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivesse alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de “outros resultados abrangentes” para o resultado do exercício.

Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

**7. Principais políticas contábeis (continuação)**

**7.17 Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

**7.18 Provisões**

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 26).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 7. Principais políticas contábeis (continuação)

#### 7.19 Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 18.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

#### 7.20 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

#### 7.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 641/10, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) através da deliberação CVM 604/09 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

### 8. Política de gestão de risco

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

#### (i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 24.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

#### a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 8. Política de gestão de risco (continuação)

caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

#### c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

#### (ii) **Riscos de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 8. Política de gestão de risco (continuação)

					Consolidado	
	Nota	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	Total
Circulante						
Fornecedores	20	30.726	-	-	-	30.726
Empréstimos e financiamentos	22	105.253	-	-	-	105.253
Debêntures	23	4.316	-	-	-	4.316
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	22	-	34.652	4.015	4.015	42.682
Em 31 de dezembro de 2014		140.295	34.652	4.015	4.015	182.977

### 9. Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na [nota explicativas 7](#).

<i>Em milhares de Reais</i>	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa	131	39	131	39
Bancos conta movimento	14.764	13.381	18.127	23.331
<b>Caixa e equivalente de caixa no balanço patrimonial</b>	<b>14.895</b>	<b>13.420</b>	<b>18.258</b>	<b>23.370</b>

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros.

### 10. Aplicações Financeiras

Veja política contábil na [nota explicativas 7](#).

<i>Em milhares de Reais</i>	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Ativos não circulante</b>				
Depósitos Restritos	605	546	605	546
<b>Total</b>	<b>605</b>	<b>546</b>	<b>605</b>	<b>546</b>

Em 31 de dezembro de 2014, os ativos mantidos até o vencimento da Companhia correspondem à aplicação financeira em CDB, classificada no ativo não circulante.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 11. Contas a receber de clientes

Veja política contábil na [nota explicativas 7](#).

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Contas a receber no Brasil		65.315	58.758	76.088	68.737
Contas a receber no exterior		3.375	2.086	3.903	2.163
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		(3.479)	(1.812)	(5.171)	(2.260)
<b>Total</b>		<b>65.211</b>	<b>59.032</b>	<b>74.820</b>	<b>68.640</b>
Não circulante		-	-	-	-
Circulante		65.211	59.032	74.820	68.640

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<i><b>Títulos Vencidos - terceiros</b></i>				
<i>Até 30 dias</i>	3.408	2.451	4.055	2.473
<i>De 31 a 180 dias</i>	4.628	3.335	5.277	5.951
<i>A partir de 180 dias</i>	5.808	3.797	7.105	4.183
<i>Perdas Estimadas em créditos de liquidação duvidosa</i>	(3.479)	(1.812)	(5.171)	(2.260)
<i><b>Total dos títulos vencidos - terceiros</b></i>	<b>10.365</b>	<b>7.771</b>	<b>11.266</b>	<b>10.347</b>
<i><b>Títulos a vencer - terceiros</b></i>	<b>40.263</b>	<b>39.699</b>	<b>63.554</b>	<b>58.293</b>
<i><b>Total da carteira de clientes - terceiros</b></i>	<b>50.628</b>	<b>47.470</b>	<b>74.820</b>	<b>68.640</b>
<i><b>Total da carteira com controladas</b></i>	<b>14.583</b>	<b>11.562</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<i><b>Total da carteira de clientes</b></i>	<b>65.211</b>	<b>59.032</b>	<b>74.820</b>	<b>68.640</b>

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Saldo da PECLD no início do exercício</b>	<b>(1.812)</b>	<b>(4.816)</b>	<b>(2.260)</b>	<b>(4.816)</b>
Reversão (Perdas) do período	(2.077)	2.987	(3.321)	2.575
Baixa de títulos considerados incobráveis	410	17	410	(19)
<b>Saldo da PECLD no final do exercício</b>	<b>(3.479)</b>	<b>(1.812)</b>	<b>(5.171)</b>	<b>(2.260)</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 11. Contas a receber de clientes (continuação)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

### 12. Estoques

Veja política contábil na [nota explicativas 7](#).

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	19.899	23.925	38.026	39.160
Importação em andamento	3.407	2.477	3.407	2.477
Produtos em elaboração	1.388	1.737	1.388	1.737
Matérias-primas	10.788	10.631	15.932	13.391
Matérias-primas em trânsito	238	539	238	539
Material de manutenção	488	616	488	616
	<b>36.208</b>	<b>39.925</b>	<b>59.479</b>	<b>57.920</b>

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

### 13. Partes Relacionadas

#### 13.1 Controladora e controladora final

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2014, não há perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 13. Partes Relacionadas (continuação)

Conforme mencionados na Nota 22.5, tem sido prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

	2014				Controladora	
					Transação no resultado de	
					janeiro a dezembro de 2014	
	Ativo		Passivo			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
	Contas a receber clientes	Crédito com partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Venda de produtos	Compra de matérias-primas, produtos acabados, serv.
<b>Controladas</b>						
Cambuci Importadora Ltda.	-	2.812	-	-	-	-
Era Sports Artigos Esportivos Ltda	-	63	-	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	3.036	22.461	-	-	4.984	802
Latinline S/A	-	-	-	367	-	-
Impar Paraguay S/A	4.346	-	11.554	-	2.379	14.992
Penalty Chile S/A	1.554	606	-	-	429	-
Penalty Ibéria S.L	-	3.727	-	-	-	-
Penalty Argentina S/A	5.647	-	-	-	2.574	-
<b>Total</b>	<b>14.583</b>	<b>29.669</b>	<b>11.554</b>	<b>367</b>	<b>10.366</b>	<b>15.794</b>

	2013			Transação no resultado de janeiro a dezembro de 2013	
	Ativo				
	Circulante	Não Circulante	Circulante		
	Contas a receber clientes	Crédito com partes relacionadas	Fornecedores	Venda de produtos	Compra de matérias-primas, produtos acabados, serv.
<b>Controladas</b>					
Cambuci Importadora Ltda.	-	723	-	-	-
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	-	63	-	-	-
Impar Paraguay S/A	1.565	-	5.493	1.127	12.641
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	2.058	26.978	637	8.666	920
Penalty Argentina S/A	6.339	-	-	2.768	-
Penalty Chile S/A	1.600	606	-	271	-
Penalty Ibéria S.L	-	-	-	21	-
<b>Total</b>	<b>11.562</b>	<b>28.370</b>	<b>6.130</b>	<b>12.853</b>	<b>13.561</b>

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 13. Partes Relacionadas (continuação)

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

A Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”) proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

#### (i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante pago no período referente à remuneração de seu pessoal-chave da administração foi de R\$ 3.229 (R\$ 3.794 em 31 de dezembro de 2013).

O pessoal chave da Administração não possui empréstimos, adiantamentos ou outras operações da Companhia, além dos seus serviços normais.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05, a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores; benefícios pós-emprego; benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

### 14. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS	5	1.089	208	1.501
IPI	194	240	194	241
PIS	19	38	19	38
COFINS	615	229	615	229
IVA de controladas no exterior	-	-	1.683	3.880
Outros	870	370	2.771	387
	<b>1.703</b>	<b>1.965</b>	<b>5.490</b>	<b>6.275</b>

14. Tributos a recuperar (continuação)

**Imposto de renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSL”)**

		Controladora	
		2014	2013
<b>Lucro antes do IR e da CSL</b>		<b>13.986</b>	<b>331</b>
<b>Adições</b>		<b>5.351</b>	<b>10.209</b>
Resultado da equivalência patrimonial		-	3.347
Outras		5.351	6.862
<b>Exclusões</b>	(ii)	<b>(41.820)</b>	<b>(25.923)</b>
Efeitos Tributários da adoção do RTT		-	(73)
Subvenção para investimento - ICMS		(19.567)	(20.732)
Resultado da equivalência patrimonial		(5.700)	-
Benefício Fiscal por liquidação antecipada - REFIS	(a)	(16.062)	-
Outras		(491)	(5.118)
<b>Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados</b>		<b>(22.483)</b>	<b>(15.383)</b>

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 que foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas todas as condições previstas no citado Pronunciamento. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do prejuízo fiscal é de R\$ 127.819 (R\$ 150.302 em 31 de dezembro 2013) e de base negativa de contribuição social é de R\$ 67.908 (R\$ 90.391 em 31 de dezembro 2013).

a) Conforme MP 651/2014 e Portaria Conjunta nº15/2014, a Companhia obteve benefício fiscal, decorrente de liquidação antecipada dos débitos federais, através da utilização do prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, cujo valor corresponde a R\$ 16.062. Este valor foi registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) líquidas”. Mais detalhes dessa operação estão descritos na nota nº 25.

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 isentando de tributação a parcela dos dividendos calculados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 em montante excedente aos valores apurados com base nos padrões contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Em maio de 2014, esta medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a medida provisória, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

A Companhia avaliou os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras e, portanto, optou pela não antecipação de seus efeitos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 15. Despesas pagas antecipadamente (circulante e não circulante)

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios com clubes de futebol, prêmios de seguros e gastos com marketing.

### 16. Demais contas a receber (circulante e não circulante)

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante correspondem, substancialmente, à ação transitada em julgado da Eletrobrás, reclassificação do ativo circulante e reconhecimento de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de decisão proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

### 17. Investimentos

#### (a) Informações sobre Investimento

		Controladora			
		Lucro (prejuízo)		Patrimônio líquido	
	Participação no capital total %	do exercício			
	2014	2014	2013	2014	2013
<b>Investimento da controladora</b>					
<b>Controladas</b>					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	2.336	(176)	(6.183)	(8.478)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	(707)	(2)	28.756	29.464
Impar Paraguay S/A	96,70	1.482	661	5.044	3.727
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	2.632	(1.265)	(16.636)	(19.268)
Latinline S/A	100,00	1.651	1.235	4.609	3.345
Penalty Argentina S/A	95,00	379	1.512	3.323	3.395
Penalty Chile S/A	76,00	85	(608)	1.427	1.368
Penalty Ibéria S.L	100,00	(2.017)	(4.779)	(4.308)	(2.641)
		<b>5.841</b>	<b>(3.422)</b>	<b>16.032</b>	<b>10.912</b>

#### (b) Em 31 de dezembro de 2014, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

		Saldos em	Equivalência	Ajuste de	Saldos em
		2013	patrimonial	conversão	2014
<b>Investimentos em controladas</b>					
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	(i)	29.464	(706)	(3)	<b>28.755</b>
Impar Paraguay S/A		3.605	1.433	(160)	<b>4.878</b>
Latinline S/A		3.347	1.651	(390)	<b>4.608</b>
Penalty Argentina S/A		3.226	360	(430)	<b>3.156</b>
Penalty Chile S/A		1.041	64	(21)	<b>1.084</b>
		<b>40.684</b>	<b>2.802</b>	<b>(1.004)</b>	<b>42.482</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 17. Investimentos em controladas e coligadas (continuação)

	Saldos em 2013	Aumento do capital social	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em 2014
<b>Provisão para perdas em investimentos</b>					
Cambuci Importadora Ltda.	(8.478)	-	2.337	(39)	(6.180)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(18.883)	-	2.578	1	(16.304)
Penalty Ibéria S.L.	(2.641)	130	(2.017)	220	(4.308)
	<u>(30.002)</u>	<u>130</u>	<u>2.898</u>	<u>182</u>	<u>(26.792)</u>

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas Companhias. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

(i) Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia integralizou capital em sua controlada ERA Sports Artigos Esportivos Ltda, no montante de R\$ 30.000, mediante a conferência em bem imóvel, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2013. O referido imóvel estava registrado no ativo imobilizado pelo custo histórico de R\$ 7.917 e baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, para a data base de 31 de dezembro de 2013, foi avaliado a valor de mercado pelo valor de R\$ 30.000, resultando em ganho no valor de R\$ 22.083 que foi reconhecido na demonstração do resultado na rubrica “outras receitas/despesas operacionais” na data da transação. Em 31 de dezembro de 2014, não foi detectado indícios de variação no valor atribuído a este bem.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 18. Imobilizado

Veja políticas contábeis nas [notas explicativas 7](#).

		Controladora					
	Taxa de Depreciação	2014			2013		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145		145	145		145
Edificações	4%	10.648	(6.547)	4.101	10.648	(6.130)	4.518
Maquinas e equipamentos	6,67%	48.549	(31.224)	17.325	50.789	(32.992)	17.797
Equipamentos de computação	20%	7.048	(6.509)	539	7.036	(6.059)	977
Instalações	10%	14.446	(8.415)	6.031	14.234	(7.531)	6.703
Móveis e utensílios	10%	4.134	(2.722)	1.412	4.101	(2.414)	1.687
Outros ativos imobilizados	10% a 20%	9.908	(7.914)	1.994	8.487	(2.702)	5.785
Imobilizado em andamento		1.964	-	1.964	501	-	501
<b>Total</b>		<b>96.842</b>	<b>(63.331)</b>	<b>33.511</b>	<b>95.941</b>	<b>(57.828)</b>	<b>38.113</b>

  

		Consolidado					
	Taxa de Depreciação	2014			2013		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		12.433	-	12.433	12.433	-	12.433
Edificações	4%	28.364	(7.255)	21.109	28.360	(6.130)	22.230
Maquinas e equipamentos	6,67%	52.680	(33.171)	19.509	55.705	(33.890)	21.815
Equipamentos de computação	20%	7.243	(6.621)	623	7.140	(6.475)	665
Instalações	10%	15.051	(8.595)	6.456	14.234	(7.546)	6.688
Móveis e utensílios	10%	5.005	(3.153)	1.853	4.101	(2.414)	1.687
Outros ativos imobilizados	10% a 20%	10.716	(7.885)	2.830	8.487	(2.702)	5.785
Imobilizado em andamento		2.222	-	2.222	501	-	501
<b>Total</b>		<b>133.715</b>	<b>(66.680)</b>	<b>67.035</b>	<b>130.961</b>	<b>(59.157)</b>	<b>71.804</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 18. Imobilizado (continuação)

Movimentação do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

					Controladora
	2013	Adições	Baixas	Depreciações	2014
Terreno	145	806	(806)	-	145
Edificações	4.518	-	-	(416)	4.102
Maquinas e equipamentos	17.797	553	(27)	(2.684)	15.639
Equipamentos de computação	977	19	(2)	(447)	547
Instalações	6.703	121	-	(918)	5.906
Móveis e utensílios	1.687	30	-	(305)	1.412
Outros ativos imobilizados	5.785	7	(281)	(1.983)	3.528
Imobilizado em andamento	501	2.246	(515)	-	2.232
<b>Total</b>	<b>38.113</b>	<b>3.782</b>	<b>(1.631)</b>	<b>(6.753)</b>	<b>33.511</b>

  

					Consolidado
	2013	Adições	Baixas	Depreciações	2014
Terreno	12.433	806	(806)	-	12.433
Edificações	22.230	-	-	(595)	21.635
Maquinas e equipamentos	21.815	817	(625)	(3.163)	18.844
Equipamentos de computação	665	32	(2)	(382)	313
Instalações	6.688	137	-	(955)	5.870
Móveis e utensílios	1.687	115	-	(403)	1.399
Outros ativos imobilizados	5.785	757	(298)	(2.001)	4.243
Imobilizado em andamento	501	2.311	(515)	-	2.297
<b>Total</b>	<b>71.804</b>	<b>4.976</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(7.499)</b>	<b>67.035</b>

#### 18.1 Garantia

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía máquinas oferecidas como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos, bem como arroladas em defesa de processos judiciais. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia.

#### 18.2 Arrendamento mercantil financeiro (leasing)

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$550 (R\$313 em 2013) e foi classificado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”.

#### 18.3 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Administração da Companhia efetuou análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, requerida pela interpretação técnica ICPC 10, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2012. A análise foi concentrada, substancialmente, em máquinas e



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 18. Imobilizado (continuação)

#### 18.3 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado (continuação)

equipamentos. Como consequência da revisão dessa estimativa contábil, que visou realinhar o prazo da vida útil remanescente desses bens e ajustar a depreciação ao período de vida útil residual dos bens.

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	2014	2013
Edificações	25 anos	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Outros ativos imobilizados	5 a 10 anos	5 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, caracterizando o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da utilização do equipamento no processo produtivo, assim como, a constante substituição de peças de reposição na busca de avanço tecnológico e o aumento de produção.

#### **Teste de redução ao valor recuperável dos ativos**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Cambuci revisou e não identificou a existência de indicadores que determinados ativos poderiam estar abaixo do valor recuperável de realização. O método utilizado foi o modelo de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas e análises de fatores internos e externos às operações da Companhia, que sinalizassem a presença de indicadores de risco de realização.

A avaliação dos ativos da Companhia é efetuada periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (impairment), pela Administração, foi o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, efetuamos a análise de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 – Recuperação Recuperável dos ativos, onde não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “impairment” sobre esses saldos.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 19. Ativos intangíveis

Veja política contábil nas [notas explicativas 7](#).

*Em milhares de Reais*

		Controladora					
	Taxa de Amortização	2014			2013		
		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.116	(2.077)	39	1.790	(1.500)	290
Direito de uso de software (i)	20%	6.908	(2.106)	4.802	6.830	(1.452)	5.378
Outros ativos intangíveis (ii)		1.159	-	1.159	1.160		1.160
Intangível em andamento		231	-	231	122		122
<b>Total</b>		<b>10.414</b>	<b>(4.183)</b>	<b>6.231</b>	<b>9.902</b>	<b>(2.952)</b>	<b>6.950</b>

		Consolidado					
	Taxa de Amortização	2014			2013		
		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.116	(2.077)	38	1.701	(1.411)	290
Direito de uso de software (i)	20%	7.047	(2.169)	4.878	7.092	(1.656)	5.436
Outros ativos intangíveis (ii)		1.159	-	1.159	1.160		1.160
Intangível em andamento		232	-	232	122		122
<b>Total</b>		<b>10.554</b>	<b>(4.246)</b>	<b>6.307</b>	<b>10.075</b>	<b>(3.067)</b>	<b>7.008</b>

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

Em 31 de dezembro de 2014, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, efetuamos a análise de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 – Recuperação Recuperável dos ativos, onde não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “impairment” sobre esses saldos.

(ii) Os outros ativos intangíveis referem-se, substancialmente, a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, passíveis de venda.

A amortização de marcas e patentes e custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos estoques e é incluída em ‘Custo das vendas’ na medida em que os estoques são vendidos.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 19. Ativos intangíveis (continuação)

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

Em milhares de Reais

<i>Em milhares de Reais</i>	Controladora				
	2013	Adições	Baixas	Amortizações	2014
Marcas e patentes	290	-	-	(251)	39
Direito de uso de software	5.378	75	-	(651)	4.801
Outros ativos intangíveis	1.160	-	(1)	-	1.159
Intangível em andamento	122	109	-	-	231
<b>Total</b>	<b>6.950</b>	<b>184</b>	<b>(1)</b>	<b>(902)</b>	<b>6.231</b>

	Consolidado				
	2013	Adições	Baixas	Amortizações	2014
Marcas e patentes	290	-	-	(252)	38
Direito de uso de software	5.436	162	-	(720)	4.878
Outros ativos intangíveis	1.160	-	(1)	-	1.159
Intangível em andamento	122	110	-	-	232
<b>Total</b>	<b>7.008</b>	<b>272</b>	<b>(1)</b>	<b>(972)</b>	<b>6.307</b>

### 20. Fornecedores

Veja política contábil nas [notas explicativas 7](#).

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores	16.894	10.108	25.835	12.804
Fornecedores exterior	2.347	1.835	4.891	3.077
Fornecedores - partes relacionadas	11.554	6.130	-	-
<b>Total de fornecedores</b>	<b>30.795</b>	<b>18.073</b>	<b>30.726</b>	<b>15.881</b>

A informação sobre a exposição da Companhia para os riscos de moeda e de liquidez relacionados a Fornecedores encontra-se divulgados na nota explicativa 7.4.

### 21. Demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 22. Empréstimos e Financiamentos

Veja políticas contábeis nas [notas explicativas 7](#).

		Controladora		Consolidado	
Encargos Financeiros Médios		2014	2013	2014	2013
<b>Em moeda corrente - R\$</b>					
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	56.422	45.319	57.953	52.715
Capital de giro	Fixo 18% a.a.			16.581	14.684
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	25.309	34.180	25.309	34.180
Desenbahia - BNDES (a)	TJLP	17.615	19.409	17.615	19.409
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	371	524	371	524
Barclays	0%	-	656	-	656
Leasing	1,04% a 1,24%	550	313	550	313
BDMG	IPCA + 6% a.a.	1.839	2.371	1.839	2.371
		102.106	102.772	120.218	124.852
<b>Em moeda estrangeira - US\$</b>					
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	4.719	9.129	4.719	9.129
Capital de giro	90% da CDI (principal dólar, juros reais)	12.613	8.022	12.613	8.818
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.			10.385	12.591
		17.332	17.151	27.717	30.538
		119.438	119.923	147.935	155.390
<b>Passivo circulante</b>		82.997	59.827	105.253	86.505
<b>Passivo não circulante</b>		36.441	60.096	42.682	68.885

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 24.3.

#### 22.1 Desenhahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$ 17.615 (controladora e consolidado) corresponde a 108 parcelas.

#### 22.2 Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado:

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 22. Empréstimos e Financiamentos (continuação)

Consolidado							
			Impar	Penalty	Penalty	Penalty	
Instituição Financeira	Finalidade	Cambuci	Sports	Ibéria	Argentina	Chile	Total
Banco Provincia	CAPITAL DE GIRO				1.784		1.784
Banco Francés	CAPITAL DE GIRO				14.797		14.797
Banco de Chile	CAPITAL DE GIRO					1.071	1.071
Banco Itaú	CAPITAL DE GIRO					335	335
Banco BBM	CAPITAL DE GIRO	5.499					5.499
Banco da China	CAPITAL DE GIRO	450					450
Banco Daycoval	CAPITAL DE GIRO		125				125
Banco do Brasil	CAPITAL DE GIRO	23					23
Banco Fibra	CAPITAL DE GIRO	5.044					5.044
Banco Intermedium	CAPITAL DE GIRO	3.897					3.897
Banco Itaú	CAPITAL DE GIRO	12.612					12.612
Banco Panamericano	CAPITAL DE GIRO	8.789					8.789
Banco Paulista	CAPITAL DE GIRO	14.546					14.546
Banco Safra	CAPITAL DE GIRO	11.753					11.753
Banco Sofisa	CAPITAL DE GIRO	732					732
Banco Votorantim	CAPITAL DE GIRO	2.411					2.411
Banco Bradesco	CAPITAL DE GIRO			10.385			10.385
Bic Banco	CAPITAL DE GIRO	738					738
Banco Lecca	CAPITAL DE GIRO	2.541					2.541
Banco ABC	BNDES	2.449					2.449
Banco Daycoval	BNDES	16.154					16.154
Banco Intercep	BNDES	1.437					1.437
Banco Safra	BNDES	2.258					2.258
Banco Itaú	BNDES	3.011					3.011
Banco Safra	FINIMP	4.719					4.719
BDMG	RENEGOCIAÇÕES	1.839					1.839
Desembahia	RENEGOCIAÇÕES	17.615					17.615
Bic Banco	LEASING	73					73
Banco Santander	LEASING	477					477
Banco Daycoval	FINAME	272					272
Banco Santander	FINAME	99					99
		119.438	125	10.385	16.581	1.406	147.935

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 22. Empréstimos e Financiamentos (continuação)

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como: imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

#### 22.3 Termo e cronograma de amortização da dívida

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2014	2013
2014	-	86.505
2015	105.253	27.086
2016	28.249	20.624
2017	6.404	9.056
2018	1.338	2.029
2019	1.338	2.018
2020	1.338	2.018
2021 em diante	4.015	6.054
<b>Total</b>	<b>147.935</b>	<b>155.390</b>

#### 22.4 Encargos financeiros capitalizados

A Companhia tem como prática capitalizar os encargos financeiros sobre o saldo dos projetos em andamento, os quais, inclui variação monetária e parte da variação cambial. Entretanto, nenhum ajuste foi realizado no decorrer do exercício em análise.

#### 22.5 Garantias

A Cambuci concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado nas Notas 11, 13 e 18.

#### 22.6 Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

### 23. Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

		Controladora		Consolidado	
Encargos financeiros		2014	2013	2014	2013
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	4.316	8.282	4.316	8.282
Passivo circulante		4.316	4.559	4.316	4.559
Passivo não circulante		-	3.723	-	3.723
		4.316	8.282	4.316	8.282

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

---

### **23. Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações) (continuação)**

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia renegociou os termos das debêntures da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia encontrava-se adimplente com a atual operação, sendo que o correspondente saldo será integralmente liquidado durante o exercício de 2015.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais conforme mencionado na Nota 28.

### **24. Instrumentos financeiros**

#### **Classificação contábil e valores justo**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. A Cambuci detinha, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os seguintes instrumentos financeiros não derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 38 e IAS 39. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variaram em relação aos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado:

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

	Classificação por categoria	Nota	Controladora		Consolidado	
			2014	2013	2014	2013
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	9	14.895	13.420	18.258	23.370
			<b>14.895</b>	<b>13.420</b>	<b>18.258</b>	<b>23.370</b>
<b>Aplicações financeiras</b>						
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	10	605	546	605	546
			<b>605</b>	<b>546</b>	<b>605</b>	<b>546</b>
<b>Contas a receber clientes</b>						
	Empréstimos e recebíveis	11	65.211	59.032	74.820	68.640
			<b>65.211</b>	<b>59.032</b>	<b>74.820</b>	<b>68.640</b>
<b>Partes relacionadas</b>						
Ativos	Empréstimos e recebíveis	13	29.669	28.370	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	13	367	-	-	-
<b>Fornecedores</b>						
	Outros passivos financeiros	20	30.795	18.073	30.726	15.881
			<b>30.795</b>	<b>18.073</b>	<b>30.726</b>	<b>15.881</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	22	17.332	17.151	27.717	30.538
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	22	102.106	102.772	120.218	124.852
			<b>119.438</b>	<b>119.423</b>	<b>147.935</b>	<b>155.390</b>
<b>Debêntures</b>						
	Outros passivos financeiros	23	4.316	8.282	4.316	8.282
			<b>4.316</b>	<b>8.282</b>	<b>4.316</b>	<b>8.282</b>
<b>Tributos Parcelados</b>						
Refis	Outros passivos financeiros	25	1.895	24.596	1.895	26.571
Parcelamento do ICMS	Outros passivos financeiros	25	10.844	10.628	32.332	10.628
			<b>12.739</b>	<b>35.224</b>	<b>34.227</b>	<b>37.199</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 24. Instrumentos financeiros (continuação)

A Administração da Companhia não realizou operações envolvendo transferências de ativos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Nas referidas datas, a Companhia tinha recebíveis (contas a receber de clientes) oferecidos como garantia de empréstimos e financiamentos.

#### 24.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.
- (iii) o valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Cambuci em instrumentos financeiros similares.

#### 24.2 Hierarquia do valor justo

##### *Técnicas de avaliação e dados (inputs) significativos não observáveis*

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos conforme mencionado na Nota 24.4.

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### 24.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2014, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

##### *(i) Seleção dos riscos*

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 24. Instrumentos financeiros (continuação)

#### 24.3 Análise de sensibilidade (continuação)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2014, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

#### (ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

#### (iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, à variação da taxa de câmbio dólar-real, segundo o que determina a instrução CVM 475/08, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Contratos	Cenário Provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	Valor - Reais	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	56.422	11,0000%	13,7500%	1.552	16,5000%	3.103
IPCA	1.839	6,7465%	8,4331%	31	10,1198%	62
INPC	12.613	6,5881%	8,2351%	208	9,8822%	415
TJLP	42.924	5,0000%	6,2500%	537	7,5000%	1.073
TR	921	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	-
LIBOR	4.719	0,3000%	0,3750%	4	0,4500%	7
DÓLAR		2,4490	3,06	-	3,67	-
<b>Total</b>	<b>119.438</b>			<b>2.332</b>		<b>4.660</b>

(i) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(ii) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 24. Instrumentos financeiros (continuação)

#### 24.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

##### Contas a receber

##### (a) Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro 2014, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2013.

##### b) Indicadores de inadimplência

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Faturamento bruto (anualizado)	281.906	280.121	337.904	337.372
Total dos títulos vencidos (i)	10.436	7.132	12.382	10.134
Indicadores de inadimplência (i)	3,70%	2,55%	3,66%	3,00%

*(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.*

### 25. Tributos a Recolher

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Impostos e contribuições					
ICMS		262	72	272	12.817
PIS		45	53	68	68
COFINS		208	236	309	307
Outros		1.743	531	2.328	856
		2.258	892	2.977	14.048
Tributos parcelados					
REFIS - Lei 11.941/09	( a )	-	24.596	-	26.571
ICMS		12.731	10.628	34.219	10.628
Parcelamento do ICMS	( b )	10.844	10.628	32.332	10.628
DECRETO PARCELAMENTO 772799 - ICMS		1.887	-	1.887	-
		12.731	35.224	34.219	37.199
		14.989	36.116	37.196	51.247
Passivo circulante		5.571	8.593	8.720	9.282
Passivo não circulante		9.418	27.523	28.476	41.965
		14.989	36.116	37.196	51.247

**25. Tributos a Recolher (continuação)**

**(a) REFIS**

A Companhia optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste programa. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão incluiu parcelamento de suas contribuições previdenciárias, débitos devidos junto à Secretária da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao parcelamento proporcionou à Companhia parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Em 27 de junho de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional emitiu recibo de consolidação do parcelamento de dívidas incluídas no REFIS IV.

**Quitação do REFIS**

O saldo a pagar era de R\$ 23.350 e de acordo com a MP 651/2014 e a Portaria Conjunta nº 15/2014, a Companhia optou pela quitação antecipada do saldo devedor, sendo 30% à vista equivalente a R\$ 7.288 e 70% compensados através da utilização do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, equivalente a R\$16.062.

**(b) Parcelamentos ICMS**

**(b.1) PPI - Programa de parcelamento Incentivado (Controladora e Consolidado)**

**ICMS - São Paulo**

O PPI foi um programa de parcelamento incentivado concedido pelo governo do Estado de São Paulo, através do decreto 51.960 de 04 de julho de 2007, para a liquidação de débitos fiscais relacionados ao ICMS.

O parcelamento concedeu a redução no valor dos juros e das multas punitivas e moratórias em vários percentuais de acordo com a forma de pagamento. A Companhia optou por parcelar a dívida em 180 meses, com o benefício da redução de 50% das multas punitivas e moratórias e 40% do valor atualizado dos juros incidentes sobre o imposto e a multa.

Os débitos que foram incluídos no parcelamento tinham a probabilidade de perda provável.

A atualização das parcelas foi acrescida de juros equivalentes à taxa Selic, acumulada mensalmente e calculada a partir do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela, e de 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estivesse sendo efetuada.

Em 31 de dezembro de 2014, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa.

**ICMS – Espírito Santo**

A Lei Nº 10.161 de 27/12/2013 instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais de ICMS, para débitos ocorridos até 30 de junho de 2013.

A Controlada Cambuci Importadora Ltda. ingressou em julho de 2014 no parcelamento no montante de R\$ 22.155, optando pelo pagamento em 120 parcelas.

**(b.2) PEP – Programa de Parcelamento**

**PEP – ICMS**

O Estado de São Paulo, através do Decreto nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, instituiu o Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS).

O decreto 60.444 de 13 de maio de 2014 alterou Decreto nº 58.811 permitindo ao contribuinte promover a regularização dos créditos do Estado, decorrentes de débitos de ICMS, constituídos ou

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 25. Tributos a Recolher (continuação)

não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de Dezembro de 2013. A Companhia aderiu ao parcelamento em 120 parcelas.

### 26. Provisões para Contingências

Natureza	Controladora					
	2014			2013		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	1.214	(977)	237	1.229	(999)	230
Tributário	-	(2.505)	(2.505)	1.479	(1.860)	(381)
Total	<b>1.214</b>	<b>(3.482)</b>	<b>(2.268)</b>	<b>2.708</b>	<b>(2.859)</b>	<b>(151)</b>

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.229	1.479	2.708
( + ) Complemento de provisão	795	-	795
( - ) Pagamento de ações	(810)	-	(810)
( +/- ) Reversões	-	(1.479)	(1.479)
Saldo em 31 de dezembro 2014	<b>1.214</b>	<b>-</b>	<b>1.214</b>

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2015 e 2018.

#### 26.1 Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Além dos processos mencionados nessa nota, em 31 de dezembro de 2014, existem outros processos em andamento que totalizam aproximadamente R\$ 11.115 para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entendem não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

Ações cíveis, num montante de R\$ 939, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### **26. Provisões para Contingências (continuação)**

#### **26.1 Contingências perdas possíveis**

Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade, no montante de R\$ 2.991.

Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 7.185.

### **27. Patrimônio Líquido**

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 7.

#### **27.1 Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 35.636, representado por 38.552.249 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 13.087.267 ordinárias com direito a voto e 25.464.982 preferenciais sem direito a voto.

As ações da Companhia em 31 de dezembro de 2014 estão totalmente subscritas e integralizadas.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias

#### **27.2 Reserva de lucros**

- **Reserva Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não houve constituição pela existência de prejuízos acumulados.

- **Reserva de capital – incentivos fiscais**

O saldo desta reserva era composto principalmente pelo benefício fiscal de subvenção de ICMS sobre os empreendimentos instalados nos Estados da Bahia e Paraíba. Com a adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, a partir de 1 de janeiro de 2007, o benefício do ICMS passou a ser lançado em conta de resultado do exercício, sendo destinado à conta de reserva de lucros por proposta da Administração, referendada pela Assembleia Geral.

- **Outros Resultados abrangentes**

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

#### **27.3 Dividendos**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, tem a seguinte destinação:

(i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;

(ii) dividendo mínimo obrigatório computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei e em igualdade de condições para todos os acionistas.

### **28. Resultado por ação**

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 28. Resultado por ação (continuação)

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia, conforme descrito na Nota 27.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia conforme descrito na Nota 27.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo. O cálculo da média ponderada, no período findo em 31 de dezembro de 2014, está demonstrado a seguir:

	Total das ações em circulação			Média ponderada		
	Ações	Ações	Total média	Ações	Ações	Total média
	Ordinárias	Preferenciais	ponderada	Ordinárias	Preferenciais	ponderada
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.087.267	25.464.982	38.552.249	13.087.267	25.464.982	38.552.249
Retirada de acionistas ou recompra de ações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.087.267	25.464.982	38.552.249	13.087.267	25.464.982	38.552.249

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Cálculo do lucro por ação:	2014		2013	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído
<b>Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>	13.986	13.986	331	331
<b>Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):</b>				
Ações Ordinárias	4.748	4.748	113	113
Ações Preferenciais	9.238	9.238	218	218
	<b>13.986</b>	<b>13.986</b>	<b>331</b>	<b>331</b>
<b>Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):</b>				
Ações Ordinárias	13.087.267	13.087.267	13.087.267	13.087.267
Ações Preferenciais	25.464.982	25.464.982	25.464.982	25.464.982
	<b>38.552.249</b>	<b>38.552.249</b>	<b>38.552.249</b>	<b>38.552.249</b>
<b>Resultado por ação (em R\$)</b>				
Ações Ordinárias	0,36279	0,36279	0,0086	0,0086
Ações Preferenciais	0,36279	0,36279	0,0086	0,0086

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 29. Receita líquida de vendas

Veja política contábil nas notas explicativas 7.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Receitas brutas de vendas</b>				
no Brasil	274.759	273.426	289.399	291.165
no exterior	7.147	6.695	48.505	46.207
	<b>281.906</b>	<b>280.121</b>	<b>337.904</b>	<b>337.372</b>
<b>Deduções de Venda</b>				
Tributos	(35.193)	(33.221)	(36.191)	(36.561)
Devoluções de vendas e outros	(17.507)	(17.160)	(17.849)	(17.524)
	<b>(52.700)</b>	<b>(50.381)</b>	<b>(54.040)</b>	<b>(54.085)</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>229.206</b>	<b>229.740</b>	<b>283.864</b>	<b>283.287</b>

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

- (i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 30. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado durante o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, está demonstrado no quadro abaixo:

		<b>Controladora</b>	
	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	4.772	5.193
Bahia	(b)	14.795	15.539
		<b>19.567</b>	<b>20.732</b>

(a) Referem-se à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS em conformidade com o decreto 17.252 de 27 de dezembro de 1994.

(b) Referem-se à subvenção para investimento no Estado da Bahia, usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS.

As condições regularmente satisfeitas pela Companhia, no Estado da Paraíba, são as de ampliação das atividades, geração de empregos diretos e indiretos, além de manter em dia as suas obrigações perante o fisco estadual. No Estado da Bahia, as condições são a geração de empregos diretos e indiretos, além de manter em dia as suas obrigações perante o fisco estadual.

A Companhia está cumprindo rigorosamente com os acordos firmado com os referidos Governos Estaduais.

### 31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas – consolidado

Em 31 de dezembro de 2014, os valores que compõem substancialmente essa rubrica correspondem, vendas de matérias-primas e resíduos, venda de bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e COFINS.

Conforme mencionada na nota nº 25, a Companhia obteve benefício fiscal decorrente de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, cujo valor corresponde a R\$ 16.062 e foi utilizado para quitação de tributos federais incluídos no REFIS.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 32. Receitas financeiras e despesas financeiras

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 7.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Receitas financeiras</b>				
Descontos obtidos	1.788	1.723	1.788	1.723
Variação cambial	4.519	6.478	6.168	6.716
Juros recebidos	982	728	982	728
	<b>7.289</b>	<b>8.929</b>	<b>8.938</b>	<b>9.167</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(15.073)	(12.140)	(23.102)	(16.390)
Variação cambial	(4.452)	(8.859)	(6.030)	(9.512)
Outras despesas	(11.207)	(7.751)	(11.207)	(10.797)
	<b>(30.732)</b>	<b>(28.750)</b>	<b>(40.339)</b>	<b>(36.699)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(23.443)</b>	<b>(19.821)</b>	<b>(31.401)</b>	<b>(27.532)</b>

### 33. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Classificação por Natureza</b>				
Matérias-primas e serviços terceiros	(128.370)	(147.964)	(173.727)	(192.101)
Despesas com pessoal	(55.753)	(52.779)	(56.138)	(53.637)
Depreciação e amortização	(7.655)	(8.845)	(8.471)	(9.753)
	<b>(191.778)</b>	<b>(209.588)</b>	<b>(238.336)</b>	<b>(255.491)</b>
<b>Classificação por função</b>				
Custos dos produtos vendidos	(135.815)	(136.927)	(160.528)	(167.655)
Despesas com vendas	(68.936)	(81.521)	(81.158)	(97.937)
Despesas gerais e administrativas	(21.988)	(24.780)	(27.601)	(28.976)
Outras (despesas)/receitas operacionais	29.262	36.987	30.951	39.077
Resultado da equivalência patrimonial	5.700	(3.347)	-	-
	<b>(191.777)</b>	<b>(209.588)</b>	<b>(238.336)</b>	<b>(255.491)</b>

**34. Informações por segmento**

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

- (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e
- (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina, Chile, Paraguai e Espanha.

Em 31 de dezembro de 2014, a receita bruta de vendas por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 85,6%.
- Operações internacionais: 14,4%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Brasil	289.399	291.165
Argentina	41.760	41.293
Ibéria	-	3.288
Outros	6.745	1.626
<b>Total</b>	<b>337.904</b>	<b>337.372</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 34. Informações por segmento (continuação)

As informações sobre os Ativos não circulantes, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras de cada companhia, por país de origem, onde as companhias estão sediadas.

	<b>Combinado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Brasil	169.192	153.565
Argentina	1.069	131
Espanha	9.655	7.922
Outros	5.379	3.548
<b>Total</b>	<b>185.295</b>	<b>165.166</b>

As políticas contábeis do segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das informações trimestrais da Companhia.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receitas de vendas.

### 35. Benefícios a empregados – Stock Options

Durante o exercício de 2014 foi implementado o “Plano de Outorga e Opção de Compra ou Subscrição de Ações”, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, cujo objetivo é estimular a expansão dos negócios e oferecer, como vantagem adicional, a oportunidade de determinados profissionais tornarem-se Acionistas da Companhia nos termos e condições previstos neste plano.

Em 31 de dezembro de 2014 os beneficiários deste plano não exerceram a opção de compra das ações da Companhia não havendo obrigações a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras.

### 36. Cobertura de Seguros

No período findo em 31 de dezembro de 2014, não houve alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.